



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO – DETRAN – SP

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

AGENTE ESTADUAL DE TRÂNSITO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrido o prazo de 2 horas do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

O uso da bicicleta no Brasil

A utilização da bicicleta como meio de locomoção no Brasil ainda conta com poucos adeptos, em comparação com países como Holanda e Inglaterra, por exemplo, nos quais a bicicleta é um dos principais veículos nas ruas. Apesar disso, cada vez mais pessoas começam a acreditar que a bicicleta é, numa comparação entre todos os meios de transporte, um dos que oferecem mais vantagens.

A bicicleta já pode ser comparada a carros, motocicletas e a outros veículos que, por lei, devem andar na via e jamais na calçada. Bicicletas, triciclos e outras variações são todos considerados veículos, com direito de circulação pelas ruas e prioridade sobre os automotores.

Alguns dos motivos pelos quais as pessoas aderem à bicicleta no dia a dia são: a valorização da sustentabilidade, pois as *bikes* não emitem gases nocivos ao ambiente, não consomem petróleo e produzem muito menos sucata de metais, plásticos e borracha; a diminuição dos congestionamentos por excesso de veículos motorizados, que atingem principalmente as grandes cidades; o favorecimento da saúde, pois pedalar é um exercício físico muito bom; e a economia no combustível, na manutenção, no seguro e, claro, nos impostos.

No Brasil, está sendo implantado o sistema de compartilhamento de bicicletas. Em Porto Alegre, por exemplo, o BikePOA é um projeto de sustentabilidade da Prefeitura, em parceria com o sistema de Bicicletas SAMBA, com quase um ano de operação. Depois de Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Sorocaba e outras cidades espalhadas pelo país aderirem a esse sistema, mais duas capitais já estão com o projeto pronto em 2013: Recife e Goiânia. A ideia do compartilhamento é semelhante em todas as cidades. Em Porto Alegre, os usuários devem fazer um cadastro pelo site. O valor do passe mensal é R\$ 10 e o do passe diário, R\$ 5, podendo-se utilizar o sistema durante todo o dia, das 6h às 22h, nas duas modalidades. Em todas as cidades que já aderiram ao projeto, as bicicletas estão espalhadas em pontos estratégicos.

A cultura do uso da bicicleta como meio de locomoção não está consolidada em nossa sociedade. Muitos ainda não sabem que a bicicleta já é considerada um meio de transporte, ou desconhecem as leis que abrangem a *bike*. Na confusão de um trânsito caótico numa cidade grande, carros, motocicletas, ônibus e, agora, bicicletas, misturam-se, causando, muitas vezes, discussões e acidentes que poderiam ser evitados.

Ainda são comuns os acidentes que atingem ciclistas. A verdade é que, quando expostos nas vias públicas, eles estão totalmente vulneráveis em cima de suas bicicletas. Por isso é tão importante usar capacete e outros itens de segurança.

A maior parte dos motoristas de carros, ônibus, motocicletas e caminhões desconhece as leis que abrangem os direitos dos ciclistas. Mas muitos ciclistas também ignoram seus direitos e deveres.

Alguém que resolve integrar a *bike* ao seu estilo de vida e usá-la como meio de locomoção precisa compreender que deverá gastar com alguns apetrechos necessários para poder trafegar. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, as bicicletas devem, obrigatoriamente, ser equipadas com campainha, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, além de espelho retrovisor do lado esquerdo.

(Bárbara Moreira, <http://www.eusoufamecos.net>. Adaptado)

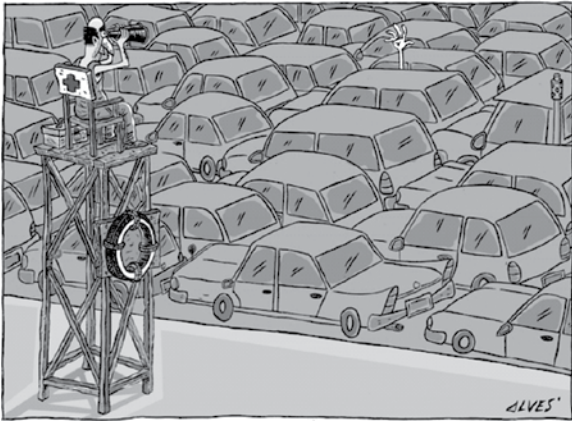
01. De acordo com o texto, o uso da bicicleta como meio de locomoção nas metrópoles brasileiras
 - (A) é uma alternativa dispendiosa em comparação com os demais meios de transporte.
 - (B) tornou-se, rapidamente, um hábito cultivado pela maioria dos moradores.
 - (C) decresce em comparação com Holanda e Inglaterra devido à falta de regulamentação.
 - (D) tem sido rejeitado por consistir em uma atividade arriscada e pouco salutar.
 - (E) vem se intensificando paulatinamente e tem sido incentivado em várias cidades.
02. A partir da leitura, é correto concluir que um dos objetivos centrais do texto é
 - (A) defender que, quando circular na calçada, o ciclista deve dar prioridade ao pedestre.
 - (B) informar o leitor sobre alguns direitos e deveres do ciclista.
 - (C) explicar de que maneira o uso da bicicleta como meio de locomoção se consolidou no Brasil.
 - (D) mostrar que não há legislação acerca do uso da bicicleta no Brasil.
 - (E) convencer o leitor de que circular em uma bicicleta é mais seguro do que dirigir um carro.
03. Assinale a alternativa que apresenta um sinônimo para o termo destacado em – Bicicletas, triciclos e outras variações são todos considerados veículos, com direito de circulação pelas ruas e **prioridade** sobre os automotores.
 - (A) procedência
 - (B) prescrição
 - (C) requerimento
 - (D) primazia
 - (E) divergência



04. No trecho – Muitos **ainda** não sabem que a bicicleta **já** é considerada um meio de transporte, ou desconhecem as leis que abrangem a *bike*. –, os termos “ainda” e “já” expressam ideias de
- (A) tempo.
 - (B) negação.
 - (C) lugar.
 - (D) causa.
 - (E) modo.
05. Considerando as regras de regência da norma-padrão da língua portuguesa, as expressões destacadas em – Alguém que resolve **integrar a *bike* ao** seu estilo de vida e usá-la como meio de locomoção precisa **compreender que** deverá gastar com alguns apetrechos necessários para poder trafegar. – podem ser substituídas, correta e respectivamente, sem alteração de sentido, por
- (A) inserir a *bike* o ... estar ciente para que
 - (B) inserir a *bike* entre o ... estar ciente a que
 - (C) inserir a *bike* ao ... estar ciente que
 - (D) inserir a *bike* para o ... estar ciente em que
 - (E) inserir a *bike* no ... estar ciente de que
06. Considere as frases do texto, em que as formas verbais destacadas estão na voz ativa:
- A maior parte dos motoristas de carros, ônibus, motocicletas e caminhões **desconhece** as leis que abrangem os direitos dos ciclistas.
 - Mas muitos ciclistas também **ignoram** seus direitos e deveres.
- Em seguida, considere a reescrita das frases, empregando-se a voz passiva, e assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, seguindo a concordância padrão da língua portuguesa.
- As leis que abrangem os direitos dos ciclistas _____ pela maior parte dos motoristas de carros, ônibus, motocicletas e caminhões.
 - Mas seus direitos e deveres também _____ por muitos ciclistas.
- (A) são desconhecida ... é ignorado
 - (B) são desconhecidas ... são ignorados
 - (C) são desconhecidos ... são ignorado
 - (D) são desconhecido ... são ignorado
 - (E) são desconhecidos ... são ignorados
07. Assinale a alternativa em que a frase – A verdade é que, **quando expostos nas vias públicas**, eles estão totalmente vulneráveis **em cima de suas bicicletas**. – permanece pontuada corretamente, após o deslocamento das expressões destacadas.
- (A) A verdade é que, em cima de suas bicicletas eles estão totalmente vulneráveis, quando expostos nas vias públicas.
 - (B) A verdade é que, em cima de suas bicicletas eles estão totalmente vulneráveis quando expostos nas vias públicas.
 - (C) A verdade é que, em cima de suas bicicletas, eles estão totalmente vulneráveis, quando expostos nas vias públicas.
 - (D) A verdade é que em cima de suas bicicletas, eles estão totalmente vulneráveis, quando expostos nas vias públicas.
 - (E) A verdade é que em cima de suas bicicletas, eles estão totalmente vulneráveis quando expostos nas vias públicas.
08. Considerando as regras de uso do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que completa corretamente a frase.
- Apesar disso, cada vez mais pessoas começam a acreditar que a bicicleta é, numa comparação entre todos os meios de transporte, um dos que oferecem mais vantagens
- (A) àqueles que a utilizam.
 - (B) à toda a população.
 - (C) à muitos indivíduos.
 - (D) à esta comunidade.
 - (E) à um grande número de usuários.

09. Considere o cartum de Evandro Alves.

Afogado no Trânsito



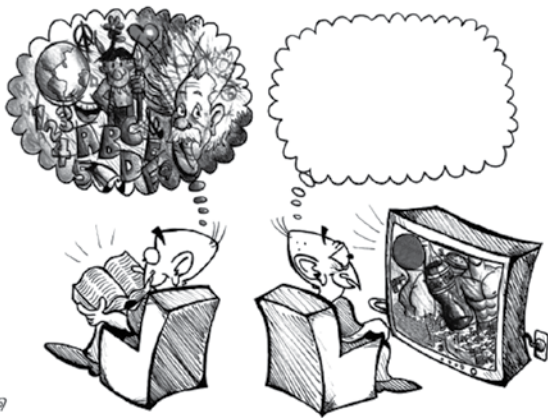
(<http://iiiconcursodecartumuniversitario.blogspot.com.br>)

Considerando a relação entre o título e a imagem, é correto concluir que um dos temas diretamente explorados no cartum é

- (A) o número excessivo de automóveis nas ruas.
- (B) o uso de novas tecnologias no transporte público.
- (C) o aumento da circulação de ciclistas nas vias públicas.
- (D) a arbitrariedade na definição dos valores das multas.
- (E) a má qualidade da pavimentação em algumas ruas.

10. Considere o cartum de Douglas Vieira.

Televisão



(<http://iiiconcursodecartumuniversitario.blogspot.com.br>. Adaptado)

É correto concluir que, de acordo com o cartum,

- (A) o indivíduo que prefere ler a assistir televisão é alguém que não sabe se distrair.
- (B) os tipos de entretenimento disponibilizados pelo livro ou pela TV são equivalentes.
- (C) a televisão e o livro estimulam a imaginação de modo idêntico, embora ler seja mais prazeroso.
- (D) o livro, em comparação com a TV, leva a uma imaginação mais ativa.
- (E) a leitura de um bom livro é tão instrutiva quanto assistir a um programa de televisão.

MATEMÁTICA

11. A parcela do crediário que Carla fez para a compra de um automóvel sofreu um reajuste de 20% no mês anterior. Antes do reajuste, o valor dessa prestação correspondia a 10% do seu salário, o qual também sofreu um aumento de 7% no mesmo mês. Após esses reajustes, a prestação do crediário passou a representar, do salário de Carla, aproximadamente

- (A) 13%.
- (B) 12%.
- (C) 11%.
- (D) 15%.
- (E) 14%.

12. Uma pessoa que aplica um capital a juros simples, durante 4 anos com a taxa de 2% a.m., no final desse período irá resgatar, em relação ao capital inicial, quase o

- (A) sêxtuplo.
- (B) quádruplo.
- (C) triplo.
- (D) quádruplo.
- (E) dobro.

13. Diego separa $\frac{2}{5}$ do seu salário para despesas extras do

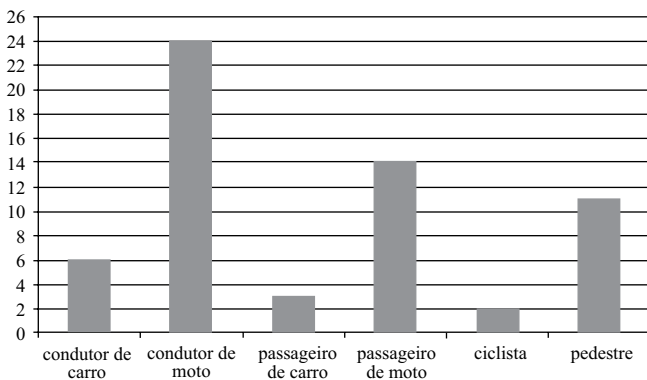
mês, sendo que há meses em que esse dinheiro é suficiente, e outros em que não. Foram três as despesas extras neste mês, sendo um celular de R\$ 690,00, que Diego comprou para sua namorada e pagou 30% à vista, parcelando o restante em 3 vezes, com a primeira parcela para o mês seguinte; um churrasco que fez para os amigos, com gasto de R\$ 390,00; e uma prancha de surfe que comprou para uso próprio, no valor de R\$ 920,00. Sendo o salário mensal de R\$ 4.000,00, pode-se afirmar que este mês o dinheiro destinado às despesas extras

- (A) foi suficiente, e sobraram R\$ 432,00.
- (B) foi suficiente, e sobraram R\$ 83,00.
- (C) não foi suficiente, ultrapassando R\$ 432,00.
- (D) não foi suficiente, ultrapassando R\$ 83,00.
- (E) foi suficiente, e sobraram R\$ 2.000,00.

14. Uma coleção de miniaturas de brinquedos é formada por 328 carrinhos, 256 motos e 192 caminhões. Os brinquedos serão organizados em grupos com a mesma quantidade, de modo que cada grupo seja formado pelo mesmo tipo de miniatura. Desejando-se que cada grupo tenha o maior número possível de miniaturas, então o número de brinquedos em cada grupo e a quantidade de grupos formados com motos são, respectivamente,

- (A) 6 e 67.
- (B) 8 e 41.
- (C) 6 e 53.
- (D) 8 e 32.
- (E) 6 e 41.

15. O gráfico apresenta a distribuição de vítimas de trânsito no mês de julho de 2013, segundo o tipo de usuário da via pública em uma determinada cidade brasileira.



O grupo que corresponde a $\frac{2}{5}$ do total de vítimas é o de

- (A) passageiro de carro.
- (B) condutor de carro.
- (C) passageiro de moto.
- (D) pedestre.
- (E) condutor de moto.

16. Considerando o regime jurídico administrativo no direito brasileiro, analise as proposições seguintes e assinale a alternativa correta.

- (A) Pelo princípio da autotutela, a Administração Pública pode impor sua vontade sobre o particular e executar suas próprias decisões, sem necessidade de recorrer ao Judiciário.
- (B) A Administração Pública pode anular os seus próprios atos por motivos de conveniência e oportunidade.
- (C) As pessoas administrativas têm total disponibilidade sobre os interesses públicos confiados à sua guarda.
- (D) Um dos fundamentos do regime jurídico-administrativo é que o interesse público está no mesmo nível de igualdade e relevância que os interesses individuais.
- (E) Os atos administrativos gozam de presunção absoluta de legitimidade e veracidade, não admitindo, portanto, prova em sentido contrário.

17. As autarquias possuem determinados privilégios que lhes são conferidos pelo direito administrativo, sendo dois exemplos os seguintes:

- (A) imunidade tributária em relação aos impostos e taxas e processo especial de execução.
- (B) prescrição quinquenal das suas dívidas e dispensa genérica de licitação na contratação de obras e serviços.
- (C) exigência de sua criação por meio de lei e impossibilidade de sua responsabilização objetiva por danos causados a terceiros.
- (D) responsabilidade subjetiva por danos causados por seus agentes e sujeição ao procedimento licitatório.
- (E) juízo privativo quando demandadas judicialmente e impenhorabilidade dos seus bens.

18. João, agente público putativo, pratica ato administrativo que afeta terceiros. Considerando a doutrina prevalente do direito administrativo, é correto afirmar que esse ato é

- (A) absolutamente nulo.
- (B) totalmente inválido.
- (C) válido, mas precisa ser ratificado.
- (D) ineficaz.
- (E) inexistente.

19. No procedimento licitatório, a lei estabelece que a Administração não pode, concluído o procedimento, atribuir o objeto da licitação a outrem que não seja o vencedor do certame. Essa regra jurídica é representada pelo denominado princípio da(o)
- (A) impessoalidade.
 - (B) adjudicação compulsória.
 - (C) probidade administrativa.
 - (D) julgamento objetivo.
 - (E) vinculação ao edital.
20. A empresa ABC, tendo sido contratada pela Administração Pública para a realização de uma obra pública, resolve, durante a execução do contrato, subcontratar outra empresa para realizar uma parte específica da obra, tendo em vista que esta tem experiência no mercado e é mais qualificada para a execução dessa parte da obra. A empresa ABC, com essa subcontratação, visa ao melhor para a Administração e não pretende repassar esses custos para o poder público contratante. Considerando esses fatos, bem como o que estabelece a Lei n.º 8.666/93 com relação a essa conduta da empresa ABC, é correto afirmar que
- (A) a subcontratação feita é perfeitamente legal, mesmo que não prevista em contrato, uma vez que teve por escopo atender o interesse público, e a subcontratada tem experiência e é qualificada.
 - (B) a subcontratação parcial do objeto do contrato é permitida por lei até certo limite desde que esteja prevista expressamente em contrato.
 - (C) a subcontratação em geral é permitida por lei, independentemente de estar ou não prevista em contrato.
 - (D) a subcontratação parcial é permitida por lei, independentemente de estar ou não prevista em contrato, desde que não haja custos adicionais para o poder público contratante.
 - (E) a subcontratação feita é legal, mesmo que não prevista em contrato, uma vez que foi apenas parcial, de empresa idônea e sem custos para os cofres públicos, situação admitida expressamente pela lei.
21. Sobre a responsabilidade civil extracontratual do Estado, assinale a alternativa correta.
- (A) Na discussão judicial a respeito da responsabilidade objetiva do Estado por danos causados a terceiros, é compulsória a denúncia à lide do servidor que causou os respectivos prejuízos.
 - (B) No direito brasileiro, vige a teoria do risco integral.
 - (C) Para terceiro obter ressarcimento de danos em face do Estado, é imprescindível que haja comprovação de culpa ou dolo do agente público que causou os danos.
 - (D) O Estado não pode alegar culpa de terceiros na causação dos danos como causa excludente ou atenuante da sua responsabilidade objetiva.
 - (E) A responsabilidade estatal objetiva exclui os atos praticados pelas entidades da administração indireta que executem atividade econômica de natureza privada que não prestam serviço público.
22. Assinale a alternativa que contempla somente cargos públicos que devem ser remunerados obrigatoriamente por subsídios.
- (A) Promotores de Justiça e Desembargadores.
 - (B) Médicos e Secretários Estaduais e Municipais.
 - (C) Ocupantes de cargos públicos efetivos e Defensores públicos.
 - (D) Defensores públicos e ocupantes de cargos em comissão.
 - (E) Delegados de polícia e empregados públicos.

LEGISLAÇÃO

23. De acordo com o que estabelece a Constituição do Estado de São Paulo, é correto afirmar que
- (A) os atos administrativos normativos poderão ser publicados no órgão oficial do Estado, de forma reduzida.
 - (B) os atos administrativos não normativos não poderão ser publicados.
 - (C) as leis internas deverão ser publicadas de forma reduzida, para que produzam seus efeitos regulares.
 - (D) os atos administrativos não normativos poderão ser publicados de forma reduzida.
 - (E) as leis externas poderão ser publicadas de forma reduzida, para que produzam seus efeitos regulares.
24. José é servidor público estadual e, em decorrência de um acidente de trabalho, teve sua capacidade de trabalho reduzida. Diante dessa situação, José
- (A) será colocado em disponibilidade, para prestar serviços leves quando solicitado pela Administração Pública.
 - (B) será aposentado compulsoriamente pela Administração Pública.
 - (C) terá garantida a sua transferência para locais ou atividades compatíveis com a sua situação.
 - (D) não poderá ter garantida a sua transferência para outros locais de trabalho.
 - (E) deverá permanecer no mesmo local de trabalho, recebendo ajuda de custo para o seu tratamento médico.
25. Conforme dispõe a Constituição do Estado de São Paulo, a nomeação de pessoas que se enquadram nas condições de inelegibilidade nos termos da legislação federal é
- (A) facultativa para o cargo de Diretor de agências reguladoras e autarquias.
 - (B) vedada para o cargo de Procurador Geral do Estado.
 - (C) facultativa para o Superintendente de qualquer órgão da administração pública indireta.
 - (D) irrelevante quando se trata do cargo de Defensor Público Geral.
 - (E) permitida para os Reitores das Universidades Públicas Estaduais.

26. Paulo está interessado em obter informações de interesse geral sobre a organização e serviços do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, e, para tanto, protocola um requerimento junto ao setor responsável do referido órgão. No entanto, o agente público afirma que Paulo não poderá ter acesso à informação requerida, sem expor os motivos determinados de tal negativa. Qual atitude poderá tomar Paulo?
- (A) Recorrer da decisão, encaminhando requerimento para o funcionário que o atendeu, no prazo de 03 (três) dias, expondo os motivos determinantes do pedido.
 - (B) Encaminhar um novo pedido de solicitação de acesso à mesma informação anteriormente solicitada, dirigido à Controladoria-Geral da União, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
 - (C) Não recorrer da decisão, uma vez que a informação requerida está contida em documento cuja manipulação poderá prejudicar sua integridade.
 - (D) Conformar-se com a decisão, uma vez que o pedido foi negado com base na alegação de que deixaram de constar os motivos determinantes.
 - (E) Recorrer da decisão, encaminhando requerimento dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, no prazo de 10 (dez) dias a contar da ciência da negativa do acesso à informação.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

27. Assinale a alternativa que identifica o aplicativo do Windows 7, em sua configuração padrão, cuja principal tarefa é o gerenciamento de arquivos e pastas.
- (A) Bloco de Notas.
 - (B) Internet Explorer.
 - (C) Windows Explorer.
 - (D) Windows Media Player.
 - (E) Paint.
28. Assinale o tipo de efeito do Microsoft Word 2010 que, em sua configuração original, transforma o texto “O carro foi apreendido” em “~~O carro foi apreendido~~”.
- (A) Subscrito.
 - (B) Sublinhado.
 - (C) Itálico.
 - (D) Tachado.
 - (E) Sobrescrito.

29. Considere as células, colunas e linhas extraídas do Microsoft Excel 2010, em sua configuração original, apresentadas na figura.

	A	B	C
1	2	3	
2	1	5	
3		6	
4			
5			

Assinale a alternativa que contém a fórmula que resulta no valor da célula **B3**.

- (A) =SE(A1<B1;A2+B2;A2-B2)
- (B) =MÍNIMO(A1:B2)
- (C) =MÉDIA(A1:B2)
- (D) =MÁXIMO(A1:B2)
- (E) =SE(A1>B1;A2+B2;A2-B2)
30. O termo pop-up, quando associado à navegação na Internet, é utilizado para designar
- (A) a janela aberta de forma automática no navegador Internet ao se carregar um site.
- (B) um site que tem seu conteúdo editado de forma colaborativa por visitantes.
- (C) uma lista cronológica de todos os sites visitados no navegador Internet.
- (D) um site que concentra as notícias publicadas em outros sites na Internet.
- (E) o conjunto de sites visitados com maior frequência em um navegador Internet.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

31. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) estabelece ordem de prevalência na sinalização. Assinale a alternativa que expressa essa hierarquia.
- (A) Sinais, normas, ordens do agente e semáforo.
- (B) Normas, sinais, semáforo e ordens do agente.
- (C) Normas, semáforo, sinais e ordens do agente.
- (D) Ordens do agente, sinais, semáforo e normas.
- (E) Ordens do agente, semáforo, sinais e normas.
32. As vias abertas à circulação, de acordo com sua utilização, classificam-se em:
- (A) urbanas (trânsito rápido, coletora, servidão e local) e rurais (rodovias, estradas e arterial).
- (B) urbanas (trânsito rápido, rodovias, estradas e passagens) e rurais (local, coletora e arterial).
- (C) urbanas (trânsito rápido, arterial, coletora e local) e rurais (rodovias e estradas).
- (D) urbanas (trânsito rápido, arterial, rodovias e coletora) e rurais (estradas, passagens e local).
- (E) urbanas (trânsito rápido, arterial, passagens e coletora) e rurais (rodovias, estradas e locais).
33. A velocidade mínima permitida pelo CTB nas vias é
- (A) a metade da máxima estabelecida, independentemente das condições da via e do trânsito.
- (B) a metade da máxima estabelecida, respeitadas as condições da via e do trânsito.
- (C) 70% da máxima estabelecida, respeitadas as condições da via e do trânsito.
- (D) 60% da máxima estabelecida, respeitadas as condições da via e do trânsito.
- (E) 60% da máxima estabelecida.

34. De acordo com o art. 96 do CTB, os veículos se classificam quanto
- (A) à espécie, ao gênero e à finalidade.
 - (B) à tração, ao gênero e à espécie.
 - (C) ao gênero, à categoria e à finalidade.
 - (D) à tração, à espécie e à categoria.
 - (E) à espécie, à categoria e à finalidade.
35. Quanto à espécie, um ônibus é um veículo
- (A) de carga.
 - (B) de passageiro.
 - (C) especial.
 - (D) de tração.
 - (E) misto.
36. Os sinais de trânsito, de acordo com o art. 87 do CTB, classificam-se em verticais, horizontais,
- (A) dispositivos auxiliares, luminosos, sonoros e gestos.
 - (B) dispositivos auxiliares, luminosos, sonoros e de orientação.
 - (C) luminosos, sonoros, gestos e de orientação.
 - (D) perpendiculares, dispositivos auxiliares, luminosos e sonoros.
 - (E) perpendiculares, luminosos, sonoros e gestos.
37. Espaço livre destinado pela municipalidade à circulação, parada ou estacionamento de veículos, ou à circulação de pedestres, é
- (A) passagem.
 - (B) rua.
 - (C) caminho.
 - (D) avenida.
 - (E) logradouro público.
38. Às infrações, o CTB, no art. 256, estabelece as seguintes penalidades:
- (A) advertência verbal, multa, suspensão da Carteira Nacional de Habilitação, apreensão do veículo, cassação da Permissão para Dirigir ou da Carteira Nacional de Habilitação, pontuação na Carteira Nacional de Habilitação.
 - (B) advertência verbal, multa, suspensão da Carteira Nacional de Habilitação, apreensão do veículo, cassação da Permissão para Dirigir ou da Carteira Nacional de Habilitação, prisão administrativa.
 - (C) advertência por escrito, multa, suspensão do direito de dirigir, apreensão do veículo, cassação da Carteira Nacional de Habilitação ou da Permissão para Dirigir, frequência obrigatória em curso de reciclagem.
 - (D) advertência por escrito, multa, suspensão do direito de dirigir, apreensão do veículo, cassação da Permissão para Dirigir ou da Carteira Nacional de Habilitação, remoção do veículo.
 - (E) multa, suspensão da Carteira Nacional de Habilitação, apreensão do veículo, cassação da Permissão para Dirigir ou da Carteira Nacional de Habilitação, frequência obrigatória em curso de reciclagem, prisão em flagrante.
39. A indicação de representante para compor a comissão examinadora de candidatos portadores de deficiência física à habilitação para conduzir veículos automotores compete
- (A) ao CETRAN e ao CONTRANDIFE.
 - (B) à JARI.
 - (C) ao DETRAN.
 - (D) ao DENATRAN.
 - (E) ao CONTRAN.
40. Transitar com o veículo derramando ou lançando sobre a via combustível ou lubrificante que esteja utilizando é
- (A) infração leve, cuja penalidade é multa, e a medida administrativa consiste na retenção do veículo.
 - (B) infração grave, apenada com multa.
 - (C) infração grave, cuja penalidade é multa, e a medida administrativa consiste na retenção do veículo.
 - (D) infração gravíssima, cuja penalidade é multa, e a medida administrativa consiste na retenção do veículo.
 - (E) infração média, cuja penalidade é multa, e a medida administrativa consiste na retenção do veículo.

41. Para a suspensão do direito de dirigir, por pontuação, será instaurado processo administrativo para aplicação da penalidade com seguinte fórmula:
- (A) ao ultrapassar 20 pontos, o restante permanecerá em saldo para o período seguinte de 12 meses em outro processo.
 - (B) será instaurado um único processo quando a somatória dos pontos atingir 20 pontos no período de 18 meses.
 - (C) será instaurado um único processo quando a somatória dos pontos, no período de 12 meses, atingir 20.
 - (D) serão instaurados processos distintos quando a somatória dos pontos, no período de 18 meses, atingir 20.
 - (E) será instaurado um único processo quando a somatória dos pontos atingir 15 pontos no período de 12 meses.
42. São requisitos para o candidato proceder à abertura do processo de habilitação:
- (A) ser maior de 18 anos, saber ler e escrever e possuir documento de identidade.
 - (B) ser penalmente imputável, saber ler e escrever e possuir documento de identidade e CPF.
 - (C) ser maior de 18 anos, saber ler e escrever e possuir documento de identidade ou outro documento.
 - (D) ser penalmente imputável e possuir documento de identidade e CPF.
 - (E) ser maior de 18 anos e possuir documento de identidade e CPF.
43. Nos termos da resolução CONTRAN 425/2012, para primeira habilitação, no exame de aptidão física e mental, são exigidos os seguintes procedimentos médicos:
- (A) exame físico geral, exames específicos e exames neurológico e oftalmológico.
 - (B) anamnese, exame físico geral, exames específicos e exames complementares a critério médico.
 - (C) anamnese, exame físico geral, exames complementares a critério médico e exame oftalmológico isolado.
 - (D) exame físico geral e exames complementares a critério médico.
 - (E) exame físico geral, exames específicos, exames complementares a critério médico e exame neurológico isolado.
44. Para aferição da alcoolemia na caracterização da infração administrativa do art. 165 do CTB, a resolução CONTRAN 432/2013 estabelece os seguintes critérios:
- (A) exame de sangue com qualquer concentração de álcool e sinais de alteração da capacidade psicomotora.
 - (B) teste do etilômetro com medição igual ou superior a 0,05 miligrama (0,05 mg/L) de álcool por litro de ar expirado ou exame de sangue com concentração igual ou superior a 6 decigramas (6 dg/L) de álcool por litro de sangue.
 - (C) teste do etilômetro com medição igual ou superior a 0,05 miligrama (0,05 mg/L) de álcool por litro de ar expirado mais sinais de alteração da capacidade psicomotora.
 - (D) exame de sangue com qualquer concentração de álcool ou teste do etilômetro com medição igual ou superior a 0,05 miligrama (0,05 mg/L) de álcool por litro de ar expirado ou sinais de alteração da capacidade psicomotora.
 - (E) teste do etilômetro com medição igual ou superior a 0,10 miligrama (0,10 mg/L) de álcool por litro de ar expirado mais sinais de alteração da capacidade psicomotora.

45. Para aferição da alcoolemia na caracterização do crime do art. 306 do CTB, a resolução CONTRAN 432/2013 estabelece os seguintes critérios:
- (A) exame de sangue com concentração igual ou superior a 8 decigramas (8 dg/L) de álcool por litro de sangue ou teste do etilômetro com medição igual ou superior a 0,34 miligrama (0,34 mg/L) de álcool por litro de ar expirado ou exames laboratoriais ou sinais de alteração da capacidade psicomotora.
 - (B) exame de sangue com concentração igual ou superior a 6 decigramas (6 dg/L) de álcool por litro de sangue ou teste do etilômetro com medição igual ou superior a 0,34 miligrama (0,34 mg/L) de álcool por litro de ar expirado ou exames laboratoriais ou sinais de alteração da capacidade psicomotora.
 - (C) exame de sangue com concentração igual ou superior a 6 decigramas (6 dg/L) de álcool por litro de sangue ou teste do etilômetro com medição igual ou superior a 0,36 miligrama (0,36 mg/L) de álcool por litro de ar expirado ou sinais de alteração da capacidade psicomotora.
 - (D) exame de sangue com concentração igual ou superior a 6 decigramas (6 dg/L) de álcool por litro de sangue e teste do etilômetro com medição igual ou superior a 0,34 miligrama (0,34 mg/L) de álcool por litro de ar expirado mais sinais de alteração da capacidade psicomotora.
 - (E) exame de sangue com concentração igual ou superior a 6 decigramas (6 dg/L) de álcool por litro de sangue ou teste do etilômetro com medição igual ou superior a 0,34 miligrama (0,34 mg/L) de álcool por litro de ar expirado ou sinais de alteração da capacidade psicomotora.
46. Aplicada a suspensão do direito de dirigir, no caso de reincidência no período de 12 meses, o prazo da nova penalidade é de
- (A) 6 meses a 2 anos.
 - (B) 6 meses a 1 ano.
 - (C) 1 a 2 anos.
 - (D) 3 meses a 1 ano.
 - (E) 3 meses a 2 anos.
47. Os crimes de homicídio e lesão corporal previstos no CTB são
- (A) eventualmente culposos.
 - (B) eventualmente dolosos.
 - (C) culposos.
 - (D) dolosos.
 - (E) culposos e dolosos.
48. O art. 307 do CTB tem o seguinte texto: “Violar a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor imposta com fundamento neste Código”. A infração a esse disposto acarreta
- (A) detenção de 3 a 6 meses, com nova imposição adicional de idêntico prazo de suspensão ou de proibição.
 - (B) detenção de 6 meses a 1 ano e multa.
 - (C) multa.
 - (D) detenção de 3 a 6 meses e multa.
 - (E) detenção de 6 meses a 1 ano, com nova imposição adicional de idêntico prazo de suspensão ou de proibição.
49. De acordo com o art. 17 do CTB, são competências das JARIs:
- (A) julgar recursos, solicitar informações das entidades executivas e rodoviárias de trânsito sobre recursos interpostos e encaminhar informações sobre problemas isolados nas autuações.
 - (B) opinar sobre recursos, solicitar informações das entidades executivas e rodoviárias de trânsito sobre recursos interpostos e encaminhar informações sobre problemas comuns às autuações.
 - (C) julgar recursos, solicitar informações das entidades executivas e rodoviárias de trânsito sobre recursos interpostos e encaminhar informações sobre problemas recorrentes nas autuações.
 - (D) opinar sobre recursos, determinar providências às entidades executivas e rodoviárias e encaminhar informações sobre problemas comuns às autuações.
 - (E) opinar sobre recursos, determinar providências às entidades executivas e rodoviárias e encaminhar informações sobre problemas recorrentes nas autuações.

50. Nos termos da vigente legislação de trânsito, compete às Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal:

- (A) fiscalizar o trânsito, como agente, em convênio com órgão ou entidade de trânsito ou rodoviário com autoridade sobre a via, junto com os demais agentes credenciados.
- (B) fiscalizar o trânsito, como titular, sem convênio com órgão ou entidade de trânsito ou rodoviário com autoridade sobre a via, junto com os demais agentes credenciados.
- (C) observar o trânsito, como agente, em convênio com órgão ou entidade de trânsito ou rodoviário com autoridade sobre a via, exceção feita aos demais agentes credenciados.
- (D) fiscalizar o trânsito, como agente, em convênio com órgão ou entidade de trânsito ou rodoviário com autoridade sobre a via, exceção feita aos demais agentes credenciados.
- (E) fiscalizar o trânsito, como titular, sem convênio com órgão ou entidade de trânsito ou rodoviário com autoridade sobre a via, exceção feita aos demais agentes credenciados.

51. Nos termos do art. 61 e de seu § 1.º do CTB, a velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização. Onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima, nas vias urbanas, será:

- (A) 60 km/h nas vias de trânsito rápido, 40 km/h nas vias arteriais, 20 km/h nas vias coletoras e 10 km/h nas vias locais.
- (B) 90 km/h nas vias de trânsito rápido, 70 km/h nas vias arteriais, 50 km/h nas vias coletoras e 40 km/h nas vias locais.
- (C) 100 km/h nas vias de trânsito rápido, 80 km/h nas vias arteriais, 60 km/h nas vias coletoras e 50 km/h nas vias locais.
- (D) 80 km/h nas vias de trânsito rápido, 60 km/h nas vias arteriais, 40 km/h nas vias coletoras e 30 km/h nas vias locais.
- (E) 70 km/h nas vias de trânsito rápido, 50 km/h nas vias arteriais, 30 km/h nas vias coletoras e 20 km/h nas vias locais.

52. Nos termos do CTB, um veículo identifica-se, obrigatoriamente, por

- (A) documento e placa traseira.
- (B) gravação do chassi ou monobloco e placas dianteira e traseira.
- (C) documento e gravação do chassi ou monobloco.
- (D) documento e placas dianteira e traseira.
- (E) gravação do chassi ou monobloco.

53. Os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade são considerados pilares da Nova Gestão Pública. Quanto ao conceito de efetividade, pode-se dizer que

- (A) representa a contribuição real em termos de resultados ao alcance da finalidade de uma intervenção ou do impacto de desenvolvimento esperado.
- (B) se relaciona exclusivamente com o alcance dos objetivos pactuados, de forma implícita ou explícita, quanto à qualidade e à extensão do atendimento na prestação dos serviços ou na produção de bens.
- (C) é um instrumento bastante genérico, que é voltado, exclusivamente, para a qualidade do serviço prestado.
- (D) não tem nenhum relacionamento específico com a eficiência e a eficácia.
- (E) é a capacidade de utilizar os meios e os recursos de maneira racional, representada pela relação entre o custo e o benefício envolvidos na prestação de serviços ou na produção de bens.

54. Quando se trata de gestão estratégica, o setor público tem suas próprias especificidades que o tornam diferente do setor privado empresarial. Uma dessas especificidades refere-se aos fatores críticos de sucesso. Para o planejamento empresarial, no setor privado, alguns desses fatores são a taxa de crescimento, a participação e permanência em seu mercado, o avanço tecnológico, e outros. Para o setor público, alguns dos fatores críticos de sucesso são:

- (A) práticas gerenciais norteadas pela burocracia; manutenção de práticas gerenciais tradicionais; respeito à hierarquia.
- (B) sistematização de procedimentos correntes; perpetuação de processos tradicionais; respeito à hierarquia.
- (C) práticas gerenciais avançadas; padronização tecnológica; regularidade na atuação.
- (D) burocratização; sistematização de práticas tradicionais; enraizamento de processos consagrados pela tradição.
- (E) burocratização; respeito à hierarquia; cumprimento de ordens.

55. O ciclo PDCA, ou ciclo de Deming, é
- (A) um fluxograma, com respectivo cronograma, de procedimentos vinculados a um processo produtivo específico.
 - (B) uma ferramenta de verificação de fatores institucionais, econômicos e sociais vinculados ao processo decisório.
 - (C) um fluxograma de procedimentos vinculados ao processo orçamentário.
 - (D) uma sigla formada por Plano, Dotação, Controle e Atuação, vinculados ao processo orçamentário.
 - (E) uma ferramenta de controle gerencial cuja finalidade é monitorar a melhoria contínua de um processo ou do sistema de gestão, por inteiro, de uma organização.
56. O Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, de 1995, distinguiu quatro (4) setores estatais. A um desses setores atribuiu-se a característica fundamental da ação do estado em conjunto com organizações públicas não estatais e até privadas, o chamado 3.º setor. Esse setor, no Plano Diretor, foi designado como
- (A) Atividades Estratégicas.
 - (B) Serviços Não Exclusivos.
 - (C) Atividades Exclusivas.
 - (D) Núcleo Estratégico.
 - (E) Serviços Paraestatais.
57. O objeto principal do contrato de gestão é
- (A) a disposição das obrigações da contratada e dos agentes supervisores e intervenientes.
 - (B) a enumeração das metas com seus indicadores.
 - (C) a discriminação apenas dos deveres contratuais, tanto do Poder Público, como das partes contratadas.
 - (D) a pactuação de resultados entre o Poder Público e a outra parte contratada, estatal ou não estatal.
 - (E) o estabelecimento da vigência do contrato.
58. O instrumento legal que normatiza a contratação de serviços e obras pelo Poder Público especifica as formas de contratação e tudo o mais que as seguem. Assinale a alternativa que contém o tipo e o número correto desse dispositivo legal.
- (A) Lei n.º 8.666/1993.
 - (B) Decreto n.º 3.931/2001.
 - (C) Lei n.º 8.137/1990.
 - (D) Decreto n.º 55.312/2010.
 - (E) Lei n.º 10.520/2002.
59. A Lei n.º 10.294/99 dispõe, basicamente, sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Estado de São Paulo. Essa lei é também conhecida por Lei
- (A) da Comunicação.
 - (B) da Ouvidoria.
 - (C) do SAC.
 - (D) da Qualidade.
 - (E) da Informação.
60. O artigo n.º 24, da Lei n.º 10.320/68, que dispõe sobre os sistemas de controle interno da gestão financeira e orçamentária do estado de São Paulo, diz: “O acompanhamento da _____ será feito pelos órgãos de _____, sem prejuízo do controle externo do _____ e do controle administrativo a ser exercido pelas unidades das respectivas Secretarias de Estado e órgãos subordinados, diretamente ao _____.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.
- (A) auditoria contábil ... execução ... Tribunal de Contas ... Diretor responsável
 - (B) auditoria contábil ... despesa ... Secretário ... Governador
 - (C) execução financeira ... auditoria ... Secretário ... Governador
 - (D) execução orçamentária ... despesa ... Tribunal de Contas ... Governador
 - (E) execução orçamentária ... contabilização ... Tribunal de Contas ... Governador

